

ECONOMIA

Lançado projecto de turismo integrado

Moçambique, África do Sul e Suazilândia unidos pelo turismo

Autoridades dos três países lançaram, em Sundton, KwaZulu-Natal, um projecto de turismo integrado, que torna pontos de Moçambique, África do Sul e todo o território da Suazilândia um único destino turístico

A cidade e província de Maputo, Suazilândia e a província sul-africana de KwaZulu-Natal já são um destino turístico único, na sequência do lançamento da iniciativa tripartida de promoção de turismo regional. O projecto visa permitir que turistas que visitam KwaZulu-Natal, por exemplo, possam facilmente chegar a Maputo ou ir à Suazilândia num único pacote turístico. Trata-se de uma rota que, na visão das autoridades dos três países, pode ser feita num único dia.

A iniciativa foi lançada, segunda-feira, na cidade de Sandton, Joanesburgo, província de KwaZulu-Natal, pelas autoridades dos três países envolvidos.

Moçambique fez-se representar, no acto, pela secretária permanente do Ministério do Turismo, Fernanda Matsinhe, sendo que a Suazilândia e África do Sul foram representadas, respectivamente, pelo ministro do Turismo e Assuntos Ambientais, MacFord Sibanzde, e pelo ministro do Desenvolvimento Económico e Turismo da província de KwaZulu-Natal.

Em Outubro próximo, os três países deverão organizar uma expedição motorizada, denominada "Cross Border Excursion for October Tourism Mouth", cuja rota abrangerá os três pontos en-



volvidos. A expedição deverá iniciar na região de KwaZulu-Natal (mais concretamente em Durban Hluhluwe), seguirá a Maputo província, mais concretamente na Reserva dos Elefantes da Ponta de Ouro (distrito de Matutuine), passando em seguida para a cidade capital da Suazilândia, Mbabane, e, depois, voltará para Durban, onde irá terminar a caravana.

Em cada um dos três países por onde passará a caravana de turistas, estão previstos seminários sobre as oportunidades de negó-

500
é o número previsto de participantes nos três seminários, dos quais 200 excursionistas e 300 empresários e parceiros locais

cios turísticos existentes em cada local. Prevê-se a participação de, pelo menos, 500 pessoas em cada zona, das quais 200 excursionistas e 300 empresários e parceiros locais. A organização estará a cargo das agências ou instituições de promoção de investimento de Moçambique, África do Sul e Suazilândia.

A QUESTÃO DE VISTO ÚNICO

A iniciativa de turismo integrado antecipa, praticamente, um desejo regional de emissão de

único visto para que um turista possa viajar, facilmente, na Comunidade para Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC), sem precisar de emissão de sucessivos vistos de entrada em cada país. Moçambique e África do Sul estão mais avançados nesta iniciativa e já equacionam avançar com um projecto piloto para turistas e outros visitantes.

Lembre-se que o ministro do Turismo, Fernando Sumbana, disse ao "O País", em Agosto último, aquando da visita ao nosso país do ministro sul-africano do Turismo, Marthinus Schalkwyk, que Moçambique tem sido o galvanizador da institucionalização do visto único na SADC, e que a ideia é de a iniciativa abranger todos os 14 países da região.

SONHO CONCRETIZADO

O lançamento do projecto da cidade e província de Maputo, Suazilândia e a província sul-africana de KwaZulu-Natal como um único destino turístico acaba sendo a concretização de um sonho dos antigos presidentes de Moçambique e África do Sul, Joaquim Chissano e Nelson Mandela, respectivamente, e do rei Mswati III da Suazilândia, na sequência de um acordo de cooperação com vista à partilha da zona da cadeia dos Libombo, que passa pelos três países. ■

Certificado mineiro deverá ter validade de cinco ou mais anos

O Ministério dos Recursos Mineiros (MIREM) já está a compilar os resultados dos debates sobre a revisão da Lei 14/2002 de 26 de Junho, a Lei de Minas. Uma das propostas que consta do pacote legislativo, a ser submetido em Outubro próximo à apreciação do Conselho de Ministros, é o aumento do período de validade do certificado mineiro em

cinco anos ou mais, contra os actuais dois, facto que é incómodo para as empresas que se encontram já na fase de exploração.

O objectivo dos debates, realizados durante meses à escala nacional, é tornar a legislação do sector mineiro mais atractiva para o investimento directo estrangeiro e harmonizá-la às práticas interna-

cional e da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC). "Depois de termos tido grande colaboração de quase todos os intervenientes da sociedade civil, das empresas que trabalham na área mineira e outras entidades, organizamos este seminário para compilar aquilo que foram as contribuições", disse Afonso Mabi-

ca, inspector do MIREM.

Durante os quatro dias do encontro, que decorre desde ontem em Maputo e é organizado pelo MIREM em parceria com o Banco Mundial, serão, igualmente, objectos de debate o regime fiscal e os requisitos para contribuições económicas de megaprojectos, para além de outros aspectos financeiros e económicos em

projectos do sector mineiro.

O MIREM debate, igualmente, entre hoje e amanhã, em Nampula, a mineração artesanal. Trata-se de um encontro que pretende reflectir sobre o papel desta actividade no desenvolvimento sustentável das comunidades e colher sensibilidades sobre o combate à mineração artesanal ilegal. ■